

Esquerda e direita no espelho das ONGs

Paulo Arantes

ARTIGO EM

Cadernos ABONG

Esquerda e direita no espelho das ONGs

2000

ARTIGO EM

Cadernos ABONG

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

Categorias: Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

Subcoleções:

E-books: livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Documentos: matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

Mídia: vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

Coordenação editorial: Pedro Fiori Arantes

Projeto Gráfico: Paula Astiz

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Arantes, Paulo Eduardo, 1942-

Esquerda e direita no espelho das ONGs [recurso eletrônico] / Paulo Eduardo Arantes. -- São Paulo : [s.n.], 2021.

ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-00-27318-2

1. Organizações não-governamentais. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Empresas – Aspectos sociais. 4. Filosofia. I. Arantes, Pedro Fiori, 1974-. II. Título. III. Série,

CDD 199.81

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

DOI: <https://doi.org/10.34024/9786500273182>



Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Publicado originalmente em:

Cadernos ABONG, n.27, maio de 2000 e posteriormente incluído no livro de Paulo Arantes, *Zero à Esquerda*, ed. Conrad, 2004.

Sentimento da Dialética

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES





Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Mário de Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família e IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otilia Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otilia e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.

| | |
|----|---|
| 11 | Esquerda e Direita no espelho das ONGs |
|----|---|

Esquerda e Direita no espelho das ONGs¹

Em princípio, como aliás o próprio nome indica, uma Organização Não-Governamental não pode pensar e agir como uma agência estatal. Tampouco falar a mesma língua. E, no entanto, parece estar ocorrendo um formidável disparate – pelo menos aos olhos de um leigo. De uns tempos para cá, autoridades governamentais desandaram a gesticular e arengar como se fossem militantes de uma ONG de todas as ONGs, misteriosamente eleitos pela mão invisível do destino para advogar a boa causa da sociedade, ocupando, porém, graças sabe-se lá a que manobras astuciosas da razão, postos-chaves no aparelho de Estado, sobretudo os diretamente concernidos por uma entelêquia cívica denominada “o social”. Ato contínuo, têm-se dedicado a lançar “programas” de fortalecimento da “sociedade civil”, como se esta fosse uma área de fomento, e, pelo visto, em promoção. É um tal de abrir e construir “espaços”, nos quais “interagem” “atores” (novos, de preferência) que trocam juras de “compromisso” e “envolvimento” mútuos, tudo num registro altamente “proativo”. Em contrapartida, será taxada de “reativa” qualquer iniciativa que cheire a ressentimento de perdedor. Espaços obviamente de “participação”, e mais enfaticamente, de “participação cidadã”, irrigados por “canais de interlocução”, através dos quais governo e a supracitada sociedade

1. Publicado nos Cadernos ABONG, n.27, maio de 2000. Posteriormente incluído no livro *Zero à Esquerda*, ed. Conrad 2004.

civil “aprendem a pensar e agir juntos”, constroem plataformas para futuras “parcerias” e novas “interações”, conferem “visibilidade” a iniciativas “emergentes”, promovem a “cidadania ativa”. “Parcerias felizes” enfim, e a tal ponto superlativas que a “sinergia” que as multiplica é dessas que extrai 22 de um simples 2+2, ao contrário de um medíocre e “reativo” 4. Para quem orbita nesses espaços de alta densidade moral, tudo é “desafio”: miséria, violência, fome, desemprego, etc. Desgraçadamente coisas de não, como diria o poeta, na verdade efeitos colaterais produzidos pelo forte “impacto” das “novas realidades”. O maior “desafio”, porém, é a “incorporação da cidadania”, a “defesa e promoção dos direitos”. Reforma do Estado? Administração Pública “gerencial”? Com certeza, desde que “voltada para a cidadania”. Quer dizer, mais uma vez, destinada ao fortalecimento de uma “sociedade civil eticamente estruturada”, além do mais, em vias de se tornar planetária. E assim por diante. No limite, não há nada que não exija aspas, ou – imaginando uma futura organização do pensamento não-governamental – que não deva ser dito como quem cita.

Espero não estar cometendo de saída uma injustiça ao incluir sem mais ONGs – nove fora, é claro, as espúrias e apócrifas – na mesma comunidade de fala, para empregar a expressão favorita dos adeptos do novo “paradigma”, o da comunicação, que em princípio teria ocupado o lugar vazio deixado pela falência dos anteriores, ditos de transformação social. Sobretudo levando-se em conta esse jargão untuoso e adocicado no qual se derramam as efusões cívicas dos governantes e suas ramificações bem falantes, enternecidos com a benfazeja revelação de uma sociedade dita civil porque finalmente deixou de ser “reativa” – coisa compreensível nos tempos de arrocho militar – quer dizer

apenas “denunciadora e reivindicativa”, nas palavras de uma grande dama *patronnesse*. Não obstante, fica assim mesmo a impressão de um amistoso compadrio vocabular, como se ONGs e governo formassem um bizarro sistema de vasos comunicantes, pelos quais circula o mesmo léxico dos Direitos, da Cidadania, da Esfera pública, da Sociedade civil etc., ora barateado pela ênfase edificante e nem sempre oficial, ora no diapasão dos antigos ou ainda novos Movimentos Sociais, que era o da interpelação de um poder usurpador, a um tempo ausente e opressivo. Em suma, ora à esquerda, ora à direita, o que se ouve mais parece uma língua geral, verdade que condenada à usura inevitável dos automatismos. Como desarmá-los, e dar o nome certo à coisa certa?

*

Não governamentais e além do mais sem fins lucrativos. Tão longe portanto do dinheiro quanto do poder? Outra vez por definição, é claro que sim. E novamente nos deparamos com um disparate de mesmo teor. É que também as empresas, por uma espécie de esquizofrenia programada, principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não-lucrativas! No fundo, se ainda distribuem dividendos para os seus acionistas é por mera e incontrolável decorrência técnica de sua maior eficácia no uso de bens escassos. Em primeiro lugar viriam os incontornáveis direitos da cidadania – como seria de se esperar dessas verdadeiras centrais de recursos à disposição da sociedade. Uma empresa digna do nome precisa antes de tudo se distinguir das demais por uma autêntica fome de transcendência. Essa a experiência fundadora de toda “vivência empresarial”, uma ânsia de superação

permanente que não recua diante de nenhum risco no afã de superar sua desculpável vocação um tanto filistina para o lucro e outras inclinações aquisitivas. Daí a crescente “cumplicidade”, o alto grau de “envolvimento com o seu entorno”, observáveis hoje em dia no meio empresarial. Não sendo assim um fim em si mesmo, a empresa se encontra no mercado – para o qual se haverá de encontrar sem dúvida outro nome mais condizente com essa visão cidadã do mundo – rodeada de “parceiros” e de “interlocutores”, com os quais por certo “interage” de um modo “proativo”. Também por aqui tudo é “desafio” e motivo para “compromissos” renovados com os valores intangíveis da “interação simbólica” característica de uma “empresa-cidadã”. Nesta entidade surrealista nada acontece que não seja emanção de uma intensa atividade “comunicacional”, que não se dê sob a égide do “consenso” e da “transparência”. Enfim, *management* e direitos de última geração correm um para os braços do outro.

Como se pode notar, aliás sem nenhuma surpresa, trata-se do mesmíssimo palavrório das famigeradas reformas gerenciais do Estado em nome de novos direitos ditos republicanos da “cidadania” etc., etc. Sem falar no foguetório de clichês das campanhas cívicas de “marketing social” – como as empresas costumam designar essa nova fronteira de negócios. Só que agora a contaminação recíproca entre as palavras e as coisas tornou-se ainda mais acintosa do que no caso anterior, no qual o pastiche vocabular parece ocorrer exclusivamente por conta do Estado. Admitido é claro, ainda no plano do quiproquó, que a linguagem, outrora interpelativa, dos direitos da cidadania seja menos incongruente na fala atualizada com que uma irmã de caridade se refere ao sentido de

suas obras humanitárias, do que nas alegações arrevesadas do governo acerca do incremento da chamada participação cidadã na terceirização das funções sociais do Estado – o que não deixa de ser um paradoxo histórico. Já no mundo sem-fins-lucrativos, entretanto, o mimetismo terminológico, sendo recíproco, se apresenta na forma de uma convergência não menos surpreendente. Enquanto as firmas tagarelam na autodesignada condição de novíssimos pioneiros e protagonistas da Era dos Direitos, os detentores senão dos direitos autorais dessa matriz discursiva, com certeza de sua disseminação mais combativa, acabaram descobrindo nessa arena, conflitiva por natureza, por assim dizer uma vocação profissional.

Com perdão da má palavra, o fato é que também existe um mercado atraente para as iniciativas cidadãs. Ocorre simplesmente que a mais estrita observância da cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira à entrada no mundo dos negócios, podendo até representar uma senha privilegiada de ingresso. Segundo consta, a paulatina impregnação pelos usos e costumes da livre iniciativa começa pela inocente elaboração e execução de um “projeto” em conformidade com as exigências de qualquer agência financiadora. Tais projetos lidam com fundos escassos sob severa vigilância, que por sua vez não toleram amadorismo, antes exigem pelo contrário um cálculo profissional de custo/benefício, na previsão do “retorno” do investimento, o qual vem a ser enfim a transformação do apoio recebido em serviço. Submetido por seu turno à concorrência do programa similar oferecido por outra entidade, que também disputa “parcerias” e nichos em “mercados sociais inovadores”, o advogado voluntário dos direitos dos sem direitos, sob pena de não produzir o “impacto”

que dele se espera, logo estará falando, por exemplo, em “público-alvo” e afinal recorrendo a todos os expedientes consagrados do gerenciamento dito estratégico. Não custa lembrar: “estratégia” é sempre uma manobra de guerra “contra” um rival. Sem falar que tudo isto dá emprego, e muito. (Nada contra, por favor). De sorte que nem sempre é fácil perceber onde termina a utopia republicana e principia um empreendimento tocado à imagem e semelhança do mundo dos negócios. Aliás a fraseologia gerencial-cidadã também está aí para atenuar qualquer eventual excesso de zelo: uma linguagem comum aos dois “setores” é o melhor atestado da “interação positiva” entre essas duas ânsias que porventura rasguem o peito inquieto do ativista social.

*

Não faltam ressalvas. Não há como não conceder aos teóricos do Terceiro Setor que, de fato, numa economia de mercado não há valor de uso coletivo que, ao se tornar objeto de uma demanda efetiva, não gere um correspondente investimento lucrativo. Também se pode admitir que se não estivesse pressuposta a inquestionável normalidade do lucro privado, uma organização social denominada “sem fins lucrativos” não faria o menor sentido. Acontece que faz, e muito – desde, é claro, que o retorno de um investimento dito cidadão não seja negativo. Preenchida esta cláusula do mais corriqueiro cálculo econômico – prossegue o argumento – o que conta mesmo num tal retorno cidadão é a sua “eficácia simbólica”, devidamente realçada por um aparato retórico condizente com o atual estágio da reprodução social.

Está claro que a carga simbólica que imprime uma “aura positiva” às ações voluntárias sem fins lucrativos² não decorre apenas da inegável funcionalidade delas na legitimação das políticas sociais compensatórias recomendadas pelos próprios patrocinadores da devastação econômica em andamento. Tampouco, como quer o discurso edificante corrente, derivaria da pressão moral exercida sobre os agentes econômicos para que se sintam concernidos pela “nova cultura de participação cidadã”, como se diz na língua geral do momento. (Voltaremos ao paradoxo da compulsão à benevolência civil numa era de narcisismo de massa). Como ficou dito pelos próprios interessados, é preciso que este suplemento espiritual tenha um significado econômico tangível. E se possível crescente, pelo menos até o ponto ótimo em que se reinvente a roda da acumulação – a saber, que ela sempre foi e continuará impura, que a valorização do capital emperra se não encontra à sua disposição uma massa adequada de bens e serviços produtivos fora do mercado –, claro que nos termos eufemísticos exigidos pelo Terceiro Setor. Até mesmo o mais empedernido fundamentalista do mercado haverá de convir que os investimentos propriamente ditos estarão comprometidos sem uma dose correspondente de investimentos ditos sem fim lucrativos, por certo mediante conveniente dedução do desembolso ético. Compreende-se assim que se exija eficácia gerencial dos eventuais “parceiros” selecionados na “sociedade civil”, e também que este palavreado valha o ouro cuja extração eleva o

2. Na fórmula oportuna de Rubem César Fernandes, muito atento, e logo se verá porque, aos “deslocamentos simbólicos” que acompanham o atual protagonismo dos “novos atores” que atuam no Terceiro Setor (cf. *Privado porém Público – o Terceiro Setor na América Latina*, Rio de Janeiro, Civicus-Relume-Dumará, 2.ed., 1994, p.33.

usuário ao reino dos fins. Ainda mais num momento em que o novo padrão de financiamento mundial da economia impõe um regime de subcontratação múltipla de funções que o Estado não considera mais exclusivas suas. Assim sendo, algumas observações acerca desse novo regime de expansão da famigerada esfera pública não-estatal talvez ajudem a compreender um pouco melhor as vantagens comparativas simbólicas de uma organização não-governamental e não-lucrativa das energias cívicas das pessoas privadas.

Na perspectiva dos novos donos do mundo – fiéis servidores de um sistema que justamente por ser cego encarna a própria dominação, e por isso mesmo funciona sempre a favor dos dominantes de turno – a reestruturação gerencial do Estado, desencadeada pela privatização inapelável de todas as funções nas quais não demonstra dispor de uma vantagem comparativa relevante, nada tem a ver com a fantasia paleoliberal de um governo reduzido ao mínimo denominador de sua vocação coercitiva e garantidora do bom andamento dos negócios privados, de resto sempre reafirmada em qualquer circunstância histórica. A primazia absoluta dos mercados requer, ao contrário, um Estado forte: no jargão do Banco Mundial, um Estado atuante, não mais um provedor, porém um “parceiro” facilitador e regulador. Quer dizer³: trata-se de fato de um Estado mais forte do que nunca, na medida em que lhe cabe gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global; assim, a força do Estado, que no período de compromisso keynesiano consistiu na sua

capacidade de promover regulações e prestações não mercantis, converteu-se numa outra, o poder de submeter as normas da reprodução social à lógica do dinheiro, coisa que o mercado por si só está longe de poder fazer sem correr o risco da ingovernabilidade. Restaria então verificar qual destino esse novo Estado indutor-normativo-regulador-facilitador (e brevemente, de novo “desenvolvimentista”, por que não?, numa era cujo nominalismo permite dizer qualquer coisa, ainda mais no país clássico das “coisas trocadas”) reserva às populações descartáveis e por isso mesmo cada vez mais carecidas dos serviços públicos essenciais, perdão, o público-alvo do envolvimento ético com o amparo à exclusão social. Ocorre que só um Estado gerencialmente reformado pode se tornar um eficiente parceiro-facilitador da acumulação privada, em particular nos elos das cadeias produtivas mundiais que porventura hospede e remunere, e assim sendo⁴ se “envolverá” prioritariamente (“eticamente”, melhor dizendo, pois afinal estará lidando com empresas-cidadãs) na seleção e hierarquização dos agentes não-governamentais que, por subcontratação política, adquirem concessões do poder estatal e se lançam na conquista do espaço-público, desertado por sua vez por um Estado cuja capacidade de regulação social parece ter enfim se esgotado, mas não o poder organizacional, ou mais propriamente, poder estratégico-gerencial (e é em torno desse poder que se travam as lutas políticas de hoje) de promover a concorrência entre os serviços públicos (como se dizia antigamente), descentralizados por contratos de gestão, mais preocupados portanto, tais “serviços”, com objetivos e “resultados”, em obter recursos e não em despender-los (embora não se trate

3. Na boa tradução de Boaventura de Souza Santos, “A reinvenção solidária e participativa do Estado”, *paper* apresentado no Seminário “Sociedade e Reforma do Estado”, São Paulo, maio de 1997.

4. Voltando à “tradução” de Boaventura de Souza Santos.

de produção mas de serviço): quanto aos usuários, serão tratados como clientes se forem solventes. Aqui o lugar de um Terceiro Setor gerencialmente enxuto. Um Estado parceiro-facilitador deve “estrategicamente” se retirar assim que organizações não-governamentais “demonstrarem” a superioridade de suas vantagens comparativas – convenhamos, uma vitória sem muito esforço já que não havia mais em campo com quem competir, salvo a sucata preparada para tal efeito demonstrativo.

Vejamos outro caso de eficácia simbólica benigna. Não há mais executivos de Desenvolvimento Social das grandes corporações de negócios – como de resto o nome destes novos departamentos de P&D já indica – que duvidem do benéfico isomorfismo entre entidades com e sem fins lucrativos: afinal empresa e ONGs não são “organizações sociais” muito semelhantes? E quando empregam a expressão “organização social” sabem muito bem do que estão falando, pouco importa a maior ou menor convicção com que giram a manivela do realejo “cidadão”. A fórmula mágica “organização social” designa um curioso espécime da zoologia fantástica gerencial, algo como uma ONG clonada nas incubadoras do Estado, uma sorte de ONG espelho da similar produzida por geração espontânea no seio generoso da sociedade dita atualmente civil. Mais exatamente, segundo a nomenclatura oficial, organizações sociais resultam da transformação dos serviços públicos em entidades públicas de direito privado que celebram com o estado um contrato de gestão, cujas atividades são controladas de forma mista pelo Estado (financiamento parcial pelo orçamento público, poder de veto e cooptação nos conselhos de administração) e pelo Mercado (cobrança de serviços prestados pela mão invisível da concorrência entre as entidades). A essa metamorfose, e correspon-

dente simbiose entre poder e dinheiro deu-se o nome de “publicização” – outra palavra vitimada pela implosão semântica do léxico dos “direitos da cidadania”, que logo trataremos de observar mais de perto. Como se trata obviamente de um processo de “publicização” destinado a ampliar ainda mais o “espaço de participação cidadã” com a introdução de novos “atores emergentes” – de cujas “habilidades gerenciais” e “visão estratégica” redundará por certo um bem-vindo *empowerment* (“empoderamento” em português) da “cidadania” numa sociedade de “baixa participação” como a nossa -, não se poderá dizer que se está “privatizando” o que quer que seja. Pelo contrário, somando vantagens dos dois lados, estará por acréscimo nos livrando do modo de pensar dicotômico que nos prendeu na armadilha maniqueísta do “ou bem estatal, ou bem privado”. Conclusão: “eis aí algo de novo que pode dar certo. Na verdade, essas organizações sociais de caráter público constituem uma espécie de ONG de novo tipo, nascidas do Estado e não da sociedade, com forte apoio estatal e participação da sociedade civil”⁵. – Já deu para reparar, antecipando o argumento, que o sentido do novo léxico nem sempre se revela à primeira leitura, pois se o discurso não é mais explicitamente o dos direitos, como exigiria pelo menos a letra da Constituição, tampouco é chapadamente o dos serviços e assemelhados. Afinal se trata de um sistema de simulacros. Assim, a fraseologia dos direitos, que não precisa ser liberal (longe disso), carrega, como se sabe, toda a reforma gerencial do Estado, na qual se trava então o bom combate da última geração de direitos – os “republicanos”: e lá se vai outra palavra pelo ralo do re-demoinho semântico – contra o populismo corporativo

5. Herbert José de Souza, FSP, 12.09.95. O Ministro ficou, é claro, sensibilizado.

dos burocratas e seus clientes etc. É assim um direito de Quarta geração que alimenta o mito de um Estado-ONG, a saber o “direito ao patrimônio público”, seja ele histórico-cultural ou econômico, e do qual os atuais governantes deram uma interpretação positiva estrita, financiando com fundos públicos a compra das estatais por multinacionais incompetentes, socorrendo bancos falidos para proteger grandes depositantes anônimos, subsidiando a compra de dólares para os que especulam com o câmbio⁶, e outras iniciativas cidadãs de defesa da *res publica* contra os livre-atiradores patrimonialistas.

Digamos que os “custos de transação” – como se diz no jargão contábil da nova economia institucional preconizada pelas repartições multilaterais de Washington – da atual reestruturação produtiva com financeirização da riqueza, responsável pelo surgimento de uma nova classe de credores profissionais, e crescente iniquidade social, têm sido eficazmente amortizados por essa surrealista troca simbólica entre os “três setores” de uma sociedade integralmente produtora de mercadorias, sendo que as imateriais são as que mais rendem, sobretudo o conforto imaginário de uma integração social puramente virtual. Três setores, a saber: os dois subsistemas estruturados pelo funcionamento supostamente neutro e impessoal dos meios poder e dinheiro, e o vasto Mundo da Vida em que floresce o gosto pela sociabilidade, de que tanto carece o ambiente competitivo do novo cenário econômico. Já deu para notar que essas transfusões entre poder, dinheiro e cultura associativa não seriam simbólica e materialmente funcionais se não houvesse um nítido “contraste

normativo”⁷ entre os valores comuns aos dois primeiros subsistemas e o Terceiro Setor, que por isso mesmo pode se apresentar como o portador da promessa de uma bem próxima harmonia das esferas, a integração possível e desejável de Estado, Mercado e Sociedade Civil. Enfim, uma regulação moral da reprodução social. Dessa miragem dá notícia a Teoria da Ação Comunicativa, que acabamos de pastichar linhas acima, ou por outra, que vem ela mesma glosando espontaneamente o advento do admirável mundo novo da Sociedade Civil, também redescoberta não por acaso nos mesmos termos da apologética corrente, expurgada de qualquer conotação que remeta à sua acepção materialista original, um asséptico “núcleo institucional formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo de vida”⁸. Não está só nesta fantasia, à que se presta à revelia um conceito – doravante imprestável – que remonta aos primórdios da era burguesa, outro caso notável de torção semântica irrecuperável. Assim, Peter Drucker por exemplo, o profeta das “novas realidades” renascentistas do capitalismo global – entre seus prognósticos estava a previsão de que as corporações transnacionais, que simplesmente reintroduziram os baixos salários como fator de competição nas cadeias globais, se encarregariam das políticas de *welfare* abandonadas com o desmonte anunciado do Estado Social – também é autor de um livro – texto sobre a *Administração de Organiza-*

7. Mais uma vez uma expressão bem encaixada de Rubem César Fernandes, *op.cit.*, p.23.

8. Jürgen Habermas, *Direito e Democracia*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, vol. 2, p.99.

6. No resumo bem resumido de Fernando Haddad, FSP, 19.04.99.

ções *sem fins lucrativos*⁹, pelo qual ficamos sabendo que a “sociedade civil”, estando composta por entidades não-governamentais *sem fins lucrativos*, só pode ter objetivo nada menos que a transformação do ser humano. De metamorfose em transfiguração, a sociedade civil acabou se revelando na apoteose do Terceiro Setor: simplesmente, sem tirar nem por, ela é o Terceiro Setor.¹⁰

*

Vimos páginas atrás que as grandes empresas estão passando nos últimos tempos por uma espécie de surto esquizofrênico, pois agem, mas sobretudo falam, dando a entender que no fundo são organizações sociais *sem fins lucrativos*, que aspiram de todo o coração à “zona sideral da total abnegação”¹¹. Esquizofrenia dupla, como também

9. São Paulo, Pioneira, 1995.

10. Cf. Ignacy Sachs, “O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos”, *Estudos Avançados* n.33, IEA-USP, 1998.

11. Não custa imaginar uma encenação da *Santa Joana dos Matadouros*, de Bertolt Brecht, recheada com alguns cacos do novo jargão da autenticidade gerencial. Sendo a organização dos Boínas Pretas uma *charity*, aliás pioneira, não se poderá negar à Joana Dark a condição de voluntária do Terceiro Setor. Por sua vez, o magnata da carne enlatada, Pedro Paulo Bocarra, no início da peça, ainda se encontra no patamar mais baixo da cultura empresarial, a etapa inferior do *business as usual*. Neste estágio primitivo, em que se comporta de modo reativo na praça de Chicago, ainda não se pode esperar que saiba “lidar com a sociedade civil”. Desse aprendizado se encarregará Joana, sabendo que este “desafio” requer dos “parceiros” uma verdadeira “reengenharia das percepções”. Por isso vai procurá-lo, e em pleno pregão da Bolsa abrirá um primeiro “canal de interlocução”, não esmorecendo até convencê-lo a adotar uma posição “pró-ativa” diante (outra vez) dos “desafios” que a globalização apresenta à “humanidade ativa”. A peça culmina em uma epifania de iniciativas privadas com sentido público. Não sem dilaceramentos, como no último lamento de Bocarra: “Ah! Meu próprio peito inquieto/É rasgado em duas ânsias/Como que por um punhal/Quero a zona sideral/Da total abnegação/Mas a outra ânsia puxa/Pela fibra comercial”, trad. De Roberto Schwarz, Brecht, *Teatro Completo*, São Paulo, Paz e Terra, vol.4, p.127.

se viu, já que a “cidadania” livremente associada nesta outra zona sideral em que se converteu a Sociedade Civil, não resiste à ânsia pragmática de “puxar pela fibra comercial”, entoando em surdina o coro gerencial. Não se tem notícia, porém, de que altos executivos estejam rasgando dinheiro e tomando água quente. Está claro então que se trata de um sintoma esquizoide benigno. Mas não apenas no sentido filistino de estimular a abertura de institutos que desinteressadamente vendam programas de comportamento ético às “classes produtoras”, como se dizia no tempo dos afonsinhos. Até porque as grandes corporações, assim como internalizaram a ciência como fator de produção, na forma de fluxos contínuos de inovação tecnológica, também dispõem – como se presumiu – de departamentos de pesquisa e desenvolvimento, digamos, de valores da cidadania e produtos conexos, enfim parâmetros para medir o valor social de uma firma, cotado em bolsas intangíveis, como por exemplo o “seguro-reputação”. Desnecessário lembrar que estamos em pleno negócio de imagens. Tanto mais prósperos quanto mais assustadoramente ronda o espectro do encalhe e a necessidade de encurtar drasticamente o tempo de rotação dos capitais empatados. De resto, nada mais compreensível que num período histórico que se considera a si mesmo uma Era dos Direitos, além do mais em expansão, os chamados direitos da cidadania se apresentem com o valor agregado à imagem da empresa, destinado a reforçar comportamentos de fidelidade a produtos e marcas. Nada mais do que simulacros, sem dúvida, como se exige de negócios neste ramo em que a visibilidade é tudo. Como tentaremos verificar noutra ocasião, depois de se localizar a matriz prática dessa fraseologia gerencial-cidadã que irriga tanto a estratégia das empresas, quanto as funções

facilitadoras da acumulação no Estado-rede, e sobretudo o cérebro dos ativistas de boa-vontade, não seria surpresa se o reencontrássemos na indústria cultural pós-fordista, em cujos produtos imateriais já é quase impossível discernir, num mesmo agregado ideológico, o que é valor a ser realizado, o que é custo publicitário.

Voltando à coabitação das duas ânsias que está nos intrigando, notemos que mesmo a apologética mais exigente não vê incompatibilidade alguma entre a gratuidade do dom de si, característica não só da ação benévola como também do *charity business*, e a lógica mercantil. Ao contrário, encara essa convergência de um par historicamente antitético como a prova dos nove dos tempos democráticos de hoje, a utopia da autoabsorção narcísica própria do confronto concorrencial se resolvendo milagrosamente na coreografia da solidariedade. A explicação mais uma vez reside na poção mágica da demanda por gratificações simbólicas da parte de indivíduos hipermodernos liberados da tutela rigorista da finada normalização burguesa: convenhamos que numa sociedade dualista, a ressurreição do engajamento como um estilo de vida terapêutico e identitário, um engajamento indolor, por assim dizer, não deixa de ser um achado estratégico, antes de vir a ser objeto de louvação culturalista¹². Não é menos verdade, porém, que essa estilização encontra forte apoio na experiência, justamente a experiência direta do programa suicida da economia autonomizada como um absurdo circuito fechado: “todos sabem que sua ação é destrutiva, mas todos mantêm os olhos vidrados nos rendimentos, as-

sim como o coelho na serpente”¹³. Mesma interiorização dessa demência objetiva do lado da personalidade ideológica dividida: espera-se que a corrida implacável ao corte de custos e pessoal seja conduzida com a unção de almas sideradas pelo bem comum. O surrealismo da empresa que não visa lucro, mas se interessa exclusivamente pelo retorno ético da cidadania como novíssimo fator de produção, responde a essa esquizofrenia de base de um mundo inteiramente racionalizado pela economia monetária, e por isso mesmo sem saída. Porta de fuga que um dia o socialismo prometera abrir. Nesse sentido é que também se pode voltar a dizer que o hibridismo das organizações do Terceiro Setor caiu do céu – verdade que do céu dos velhos dilemas ideológicos, para o chão de um novo “fanatismo setorial”, nas palavras de um nostálgico dos bons tempos da guerra fria¹⁴. É que a saída de cena do socialismo tornou evidente, entre tantas outras verificações cruciais, que ele não era apenas um “modelo” equivocado ou irrealista – como se a loucura privatista fosse a encarnação mesma do realismo –, mas também uma “espécie de filtro moral sem o qual a civilização moderna revela-se totalmente incapaz de existir; privada desse filtro, a economia de mercado sufoca em sua própria imundície”.¹⁵ Um filtro político-semântico também, como logo veremos, na ausência do qual esse mesmo fim de linha civilizacional não encontra mais as palavras que lhe descubram o engodo para além da fraude vocabular que acabamos de repertoriar.

12. Cf. Gilles Lipovetsky, *Le crépuscule du devoir*, Paris Gallimard, 1992, p.149-150.

13. Robert Kurz, *Os últimos combates*, Petrópolis, Vozes, 1997, p.188.

14. Roberto Campos, “A Sociedade Civil”, FSP, 18.04.99.

15. Robert Kurz, *op.cit.*, p.145.

*

Até aqui não disse nada que o militante de uma ONG de verdade não saiba, e muito melhor do que eu. E por isso mesmo estará melhor qualificado para nuançar ou simplesmente rechaçar essa impressão talvez injusta de “pensamento único”.

Mesmo sendo coisa sabida, gostaria de lembrar um pouco da circunstância histórica do desembarque da sigla ONG – constante da nomenclatura das representações nas Nações Unidas – no vocabulário social latino-americano e brasileiro, em particular. Sem o que minha sensação de incongruência poderia parecer mero preconceito. Como se há de recordar, nalgum momento dos anos 70, o novo ímpeto dos chamados movimentos sociais, então em plena ascensão, cruzou o caminho de micro organizações internacionais de cooperação, cujo ânimo prestativo bem ao feitio do clima de reconstrução mundial característico do imediato pós-guerra, estava aos poucos se deixando contagiar pelo espírito militante das campanhas internacionais em favor dos direitos humanos. Ninguém ignora que o principal interessado e provedor daquelas iniciativas eram os Estados Unidos, empenhados num fogo de baragem ideológico preparatório da Segunda Guerra Fria a caminho. Sobreveio, no entanto, uma reviravolta singular. Emanando dos civilizados países centrais, projetou-se uma luz insuspeita de propaganda subversiva adversa sobre as barbaridades praticadas pelas ditaduras do Cone Sul, além do mais com a regularidade de uma política de Estado. Tendo este último, por sua vez, se retirado de cena como instância pública com alguma legitimidade – salvo a exibição tecnocrática dos índices de crescimento econômico –, embora permanecesse brutalmente onipresente

como aparato repressivo incontrastável, compreende-se que a esquerda, escaldada inclusive pelo trágico desfecho da luta armada, tenha descoberto que também havia política e transformação possível para além dos confrontos autorizados no âmbito dos aparelhos de Estado. No mesmo passo, a independência daquelas antenas internacionais em relação aos governos metropolitanos coniventes com a repressão local, permitia que um tal arquipélago associativo ainda algo remoto fosse aos poucos se convertendo num valioso canal alternativo numa hora de fechamento político total. Acresce que os agentes responsáveis por modestas intervenções pontuais de “desenvolvimento e promoção social” (na linguagem protocolar dos organismos multilaterais) também foram fazendo, por seu lado, a experiência direta do caráter destrutivo que podiam assumir os processos de modernização na periferia, verdade que registrada nos termos aparentemente mais estreitos dos direitos violados, quando não simplesmente inexistentes ou sequer imaginados. Digamos que a este choque imaginário vivido por uma sensibilidade cosmopolita, tenha correspondido uma concomitante mutação no discurso e na prática dos movimentos populares, que estavam por sua vez reagindo igualmente às segregações modernas, que tinham vindo se juntar às do ciclo anterior, sem falar no museu vivo das antigas taras coloniais. Com algum otimismo se poderia afirmar que o fiasco do populismo finalmente lhes ensinara a não trocar mais direitos por favores – como está ocorrendo de novo com a atual globalização dependente, só que vários degraus abaixo rumo ao fundo do poço. Seja como for, o fato é que algo como uma contestação inédita parecia estar abrindo caminho – não sem dificuldade, se lembrarmos dos tabus da velha esquerda –, sobretudo pelo inusitado das signi-

ficações mobilizadas, gravitando na órbita de valores imateriais, ou pelo menos sem conexão imediata com o núcleo produtivo duro dos conflitos distributivos, como justiça, direitos, autonomia, identidade etc. Assim sendo, não surpreende que a aclimação da sigla ONG tenha em grande medida cristalizado em torno de imagens de inconformidade, imantada por uma lógica política dissonante, identificada noutra chave com o vasto mundo dos espezinhados pelo novo *establishment*. Pelo contrário, o que surpreende mesmo – à luz desta rememoração sumária do caráter antagônico original da interpelação pública em nome de direitos e de tudo o mais que daí decorra, não diria a sua metamorfose, longe disso, é a reversão histórica que a tornou indiscernível do seu oposto oficial, descartada é claro a hipótese de uma conversão libertária dos donos do poder e do dinheiro.

*

Mas o que de fato sabe muito bem o ativista social de uma ONG realmente afinada com suas origens históricas? Sabe por experiência própria que no outro campo, a coalizão dos dominantes globais, quando não busca descaradamente a cooptação pura e simples, se encarna na destruição sistemática de todo e qualquer coletivo que se organize na defesa de direitos ou na promoção da “cidadania ativa”, na desqualificação e desautorização de “espaços públicos” efetivos de representação e negociação.¹⁶ E como se isso não fosse bastante, vive-se o grande desconcerto de verificar a cada rodada que tamanha demolição é conduzida nos termos mesmos em que se formula a resis-

16. Silvio Caccia Bava, “As ONGs e a nova conjuntura democrática”, Boletim ABONG.

tência dos perdedores, os esbulhados de sempre agora na companhia do novos inúteis para o mundo. Portanto, “sociedade civil” desmantelada em seu próprio nome, destituição de direitos em nome de direitos de última geração, banalização da injustiça social em função de riscos ditos sistêmicos e compartilhados. E por aí afora. Como se viu, fala-se a rigor a mesma língua – daí o incômodo recurso às aspas de precaução – e, no entanto, o desentendimento não poderia ser maior. À vista do atual cenário de devastação que o Partido da Ordem vai deixando no seu rastro, fica difícil não pensar que até a cooperação eventual, quando ocorre, só pode se dar por equívoco. Convergência antagônica? Pode até ser, mas nem por isso menos desnorteante. Daí também a permanente disputa acerca do sentido das palavras, em torno do qual se concentra boa parte da luta política. Não é para menos: de uma hora para a outra “direito” tornou-se privilégio, além do mais em detrimento dos “excluídos”; sujeito de direitos, usuário de serviços; destruição social virou sinônimo progressista de “reforma”; previdência social, um mal-entendido num país de imprevidentes crônicos; sindicalismo, críspação corporativista; “cidadania”, mera participação numa comunidade qualquer; “solidariedade”, filantropia, é claro; bem público, interesses agregados de grupos sociais; desempregado, indivíduo de baixa empregabilidade; “parceria”, sempre que a iniciativa privada então com a iniciativa e o poder público com os fundos, etc. De fato, um “espantoso deslizamento semântico”¹⁷ – e a ele voltaremos mais adiante. Por agora reparemos – com perdão da insistência – que esse mundo realmente de ponta-cabeça não obstante é palco de batalhas de interpretação justamente porque

17. Vera da Silva Telles, “No fio da navalha”, paper Polis, fev-maio, 1998.

os contendores estão empregando as mesmas palavras: se acrescentarmos que com sentidos opostos, estaremos apenas constatando que então o pastiche objetivo da saudosa Dialética – outrora a lógica mesma da emancipação – afinal se completou. Pois então: o novo acervo de noções normativas comuns aos dois campos que se defrontam, alternando implicação mútua e pressão desagregadora sobre os de baixo, permite que o polo dominante – para dar um nome antigo à expressão atual das “classes confortáveis” – se faça literalmente de desentendido, no caso, quanto à referência dos termos cujo sentido está em disputa. O militante da causa perdida das camadas supérfluas fará assim, nessa desconexão entre as palavras e as coisas, a experiência da famigerada arrogância dos atuais donos do mundo. Quem não ouviu essa voz diária da razão: vocês não estão entendendo nada quando falamos de “direitos”, “reformas”, etc., fomos mal compreendidos, o que é natural, dada a complexidade da nova ordem mundial, por isso vamos, didaticamente, explicar tudo de novo, até que vocês compreendam o que de qualquer forma lhes irá suceder, queiram ou não. Nessas condições, como orientar o pensamento e a vontade política na direção de uma “articulação democrática entre poder e direito”, se no outro campo também se utiliza a argamassa dos “direitos da cidadania” para cimentar a aliança entre poder e dinheiro? Assim, ao avesso do economicamente correto parece corresponder o “direito” de um outro jargão, o da sociedade cidadã. Se “crise de paradigmas” ainda quer dizer alguma coisa – além de sacramentar a conversão da cultura oposicionista em cultura governista, mediante ajuste específico dos respectivos mapas cognitivos –, também deve ser isso. Um desempregado “estrutural” simplesmente se enganou de paradigma, tem mais é que se “comunicar”

numa “multiatividade” qualquer: por que não tenta o *charity-business*? Nessa volta cínica do pêndulo, a outra cara da “crise de paradigmas”, para a qual já está na hora de arrumar um outro nome.

Voltemos mais uma vez ao “espantoso deslizamento semântico” com o qual se debatem os ativistas do campo democrático-popular. Não se pode dizer que não estejam pelo menos em boa companhia. Também na visão dos afogados a semântica é uma das vítimas dos novos tempos: “quando chamam uma volta das relações de capital e trabalho do século 19 de ‘modernidade’, você sabe que está numa crise de significado ou numa roda de cínicos. Quando celebram a aprovação de uma lei que promove o abastardamento do serviço público e chamam isso de avanço, você descobre que a crise é terminal. Qualquer coisa quer dizer qualquer coisa, ‘significado’ perdeu o significado”.¹⁸ Sendo o capitalismo uma máquina de produzir insignificância – não há conteúdo “significativo” que resista por muito tempo à indiferenciação da troca mercadorizada –, cedo ou tarde acabaria se dando essa implosão semântica final. Sem a bússola das palavras “significativas” que lhe permitam balizar o caminho da emancipação, compreende-se que a esquerda tenha perdido o rumo – ou coisa pior: quando imagina ter recuperado suas referências normativas, estas são engolidas ato contínuo pelo redemoinho dos simulacros oficiais.

Nesse mundo das coisas trocadas e com significados intercambiáveis a ponto de não dizerem mais nada salvo o seu contrário, resvalando por isso mesmo até o grau zero do sentido, seria muito mais o caso de verificar se os

18. Luís Fernando Veríssimo, *A versão dos afogados*, Porto Alegre, LPM, 1997, p.340.

papéis clássicos de esquerda e direita não se encontram igualmente invertidos. E é o que de fato parece estar ocorrendo. Numa era que transformou o conceito de reforma social no seu oposto antissocial, já não espanta mais que progressistas e conservadores troquem de posição no tabuleiro ideológico. Os novos donos do mundo agora posam de vanguarda de uma necessidade histórica inexorável, diante da qual só as classes obsoletas, na sua inércia e despreparo para uma segunda modernidade, ainda se mostram recalcitrantes. Quando não entregam simplesmente os pontos clamando por mais exploração: agora com total liberdade de movimento, essa máquina futurista de triturar pode inclusive se dar ao luxo de ser apresentada como a única fonte de riqueza pela própria esquerda, que dela exige apenas a contrapartida do pranteado pleno emprego do ciclo anterior, enfim, mais alienação em nome de um ultrapassado direito ao trabalho assalariado. Então é isso o que se vê na vitrine da globalização: a esquerda na retaguarda, procurando conservar o que ainda sobra do *Welfare State*, acossada por um *establishment* que alega estar na crista da nova onda das forças produtivas. Conforme o caso, um passado de esquerda pode até ajudar no serviço de dominação, desde que preservado na forma do estereótipo evolucionista – pois estamos falando de um decalque vulgar, embora objetivo –, em suma um pequeno repertório de cacótes retóricos acerca da força das coisas, processos anônimos ou coisas do gênero. Qualquer brasileiro sabe do que se trata: enquanto vai moendo no aspro, precisa aturar esse discurso aberrante que se poderia chamar de marxismo de classe dominante. Como se esse progressismo economicista em nome dos interesses estabelecidos não bastasse, a atual reviravolta os papéis costumeiros propiciada pela revanche do capital ainda

oferece como suplemento espiritual algo como um existencialismo de mercado, tanto para edificação dos de baixo como para exaltação das proezas dos ganhadores. Para estes últimos, o aforismo de corte nietzscheano: “viver na globalização é viver perigosamente. Mas é viver, em lugar de estar sempre perdendo e se lamentando”, nas palavras recentes de um medalhão da Era da Informação. Para os de baixo, que se compenbrem de uma vez que estamos vivendo numa Sociedade de Risco. Tanto é assim que nunca o capital se esmerou tanto na busca do risco zero mediante a socialização máxima dos prejuízos, como é do feitio de quem ama viver perigosamente. Quem, no entanto, está mal-acostumado a receber algum benefício da Previdência Social não deve imaginar que se trata de um direito natural: foram-se as estruturas de segurança em que estavam baseadas nossas velhas sociedades da Era Industrial, etc., etc. Proteção, além de obsoleto é um conceito filistino. Uma sociedade de risco, pelo contrário, exige de seus membros a autenticidade de tomar decisões cotidianas que envolvem é claro um “desafiador” risco pessoal: por exemplo, haverá um momento em que o vendedor de força de trabalho – caso encontre um comprador com a mesma fome existencial – terá que se decidir entre um preconceito do passado, como a ideia de direitos trabalhistas, e a nova realidade da precarização, como afinal o nome indica, um reencontro com a própria finitude. E por aí vamos. Puxando por esse fio, chegaríamos sem dúvida ao realejo meloso do jargão ético-gerencial que pudemos ver refletido no espelho das ONGs, em cuja retranca cidadã, convenhamos, nem sempre é fácil vislumbrar a plataforma de uma contra-hegemonia.

Quando qualquer coisa quer dizer qualquer coisa, o quadro parece mesmo terminal. Pensando bem, a socie-

dade da mercadoria total na qual passamos a viver não deixa de ser uma utopia conclusiva, possivelmente a última ainda em vida. Só que uma utopia negativa, própria justamente de um mundo às avessas. Assim, pela primeira vez na história nos defrontamos com uma visão utópica que não vem de baixo, gerada pelo inconformismo difuso dos movimentos antissistema que acompanham o capitalismo desde o berço. Mas irrompe do alto: no lugar do extinto sentimento libertário do mundo, a utopia destrutiva de uma exploração sem limites.¹⁹ Daí esta outra espantosa inversão, matriz social de todas as demais: desde que entraram em cena ao apagar das luzes da era liberal, tirando o sono das elites, as massas pela primeira vez deixaram de constituir uma ameaça à ordem estabelecida e aos valores do Ocidente, chegando agora até a funcionar como os verdadeiros pilares da sociedade; pelo contrário, a principal ameaça vem hoje daqueles que se encontram no topo da hierarquia social.²⁰ O caráter predador das novas classes rentistas mundiais que o diga.

*

Um retrospecto histórico talvez ajude a esclarecer um pouco o girar em falso desse mimetismo semântico em que direita e esquerda no Ocidente, espelhando-se uma na outra, acirram seu desentendimento de fundo, que por vezes ninguém sabe qual seja pois o dissenso parece se declarar na mesma língua do consenso.

19. Na definição de Pierre Bourdieu, “L’essence du néolibéralisme”, *Le Monde Diplomatique*, março de 1998.

20. Christopher Lasch, *A rebelião da elites*, Rio de Janeiro, Ediouro, 1995, p.37.

Quando o ativista de uma ONG anti-*establishment* se envolve numa disputa política em torno do sentido das palavras “direitos”, “cidadania”, “espaço público”, “equidade social” etc., é porque se ressentido da pouca ou quase nenhuma nitidez – para não falar em promiscuidade – na demarcação dos campos em conflito. Uma nitidez clássica por assim dizer, dos tempos em que o bate boca entre as classes sociais (na boa fórmula de um clássico) se dava numa chave de compreensão imediata quanto aos termos irreconciliáveis do litígio. Não ocorreria a nenhuma das classes antagônicas representar o papel histórico da outra – topar por exemplo com a imagem farsesca de um “direitista” furiosamente mudancista, ou mais exatamente, paladino da mudança pela mudança, como hoje é de bom tom no capitalismo turbinado. Simplesmente porque ao longo do capitalismo moderno a ideia de transformação social positiva e politicamente induzida fazia sentido, e sentido comum, como um código de interpretação do novo curso do mundo, lido ora à maneira retroversa dos conservadores, ora à maneira subversiva dos socialistas, ora à maneira oligárquico-progressista pelas classes proprietárias liberais. Um quadro de referências no interior do qual se pensava e confrontava a normalidade burguesa que emergira na primeira metade do século passado, em função das quais tal normalidade ela mesma passava pelo crivo da rejeição, da reforma ou da superação. Descartando a reação tradicionalista, concentremo-nos no antagonismo entre liberais e socialistas, embate ao qual se deve o vocabulário comum, porém antitético das lutas sociais durante quase dois séculos de modernização capitalista. Se acrescentarmos que a terra de ninguém ideológica entre as duas trincheiras era ocupada pela ideia fixa do Progresso, linearmente advogado pelos liberais e con-

traidoriamente, pelos socialistas, seremos levados a reconhecer que os movimentos burgueses de emancipação, emancipação, bem entendido, dos vínculos estamentais-corporativos herdados do Antigo regime – uma emancipação negativa, portanto – forneceram a “geocultura de legitimação do capitalismo histórico”, mas também que a contestação das classes perigosas, desde o momento em que renunciaram a um projeto próprio de contrassociedade à margem do processo de proletarização das populações expropriadas, se deu na forma de uma crítica, porém em nome de virtualidades universalistas não cumpridas que, se tomadas ao pé da letra, entretanto, ameaçariam a própria acumulação privada, mas não o passo adiante rumo a uma forma superior de sociedade. Neste sentido, o socialismo podia e devia se apresentar como a verdade e realização superadora do próprio liberalismo. Nada mais ambivalente, entretanto, do que este contraponto entre inclusão crescente, por assim dizer forçando a porta da boa sociedade a cada rodada de expansão e institucionalização de direitos, e o propósito libertário do grande salto antissistema, o qual só provaria ser verdadeiro caso conseguisse demonstrar na prática ser igualmente portador de uma tarefa histórica da humanidade para a realização da qual o antagonista até então mais “avançado” já daria sinais de obsolescência. Em suma, campo e contracampo armados para o confronto final, porém com a determinação singular de que o coveiro encarnasse o futuro “paradigma” dominante, a ponto de falar a mesma língua da inovação histórica em ruptura com as continuidades tidas até então como naturais.

Antes de prosseguir, algumas referências. “Geocultura de legitimação do capitalismo histórico” é uma fórmula de Immanuel Wallerstein, por extenso mais ou menos a

seguinte: em fins do século XVIII, boa parte do planeta já fora englobada pela economia capitalista, cujas principais instituições também já estavam então bem consolidadas, a saber: “uma divisão axial do trabalho, com significativa transferência de valor excedente das zonas periféricas para as centrais; primazia da recompensa para os que atendiam aos interesses da acumulação interminável de capital; o sistema interestados composto pelos chamados Estados Soberanos, que, no entanto, eram restringidos pelas estruturas e pelas regras deste sistema; e a sempre crescente polarização deste sistema-mundo, não apenas econômica mas social e a ponto de se tornar também demográfica”.²¹ Um século de Iluminismo, socialmente institucionalizado a partir da Revolução Francesa, acabou decantando a “geocultura de legitimação” de que ainda carecia a economia capitalista mundial enquanto sistema histórico, centrada em dois focos em torno dos quais passou a girar a vontade dirigente dos dominantes e o consentimento das populações enquadradas pelas instituições enumeradas acima: a normalidade da mudança política, até então coisa excepcional, e a soberania do “povo”, não mais prerrogativa do “soberano”. Está claro que um fundo comum de certezas explorado em direções antagônicas. Se a mudança política era normal e o povo seu agente, tudo seria possível, até mesmo uma ameaça igualitária às hierarquias básicas sem as quais não se reproduz um sistema que não acumula se não polarizar classes sociais, poder político dos estados e a riqueza das nações. Daí o problema: como impedir as classes perigosas de levar muito a sério tais normas? Pelo menos durante dois ciclos

21. “As agonias do liberalismo”, in Emir Sader (org.), *O mundo depois da queda*, Paz e Terra, SP, 1995, p.33.

de acumulação sistêmica – respectivamente, a Pax Britânica e a Pax Americana – a estratégia ativa do “reformismo racional”, encarnada pela via média liberal, resolveu satisfatoriamente o dilema, acomodando o medo conservador e a impaciência dos radicais. Supremacia posta a prova pela primeira vez na virada do século XIX para o XX, quando os povos do mundo inteiro, e não apenas as classes trabalhadoras europeias, também passaram a exigir “mudança política normal” e “soberania”. Ocasão para os liberais reafirmarem sua hegemonia ameaçada, estendendo o reformismo racional – ou melhor a promessa encerrada na definição do seu conceito progressista – a todo o sistema mundial, reativando noutra registro o mito de origem, enunciado pela primeira vez por Adam Smith polemizando com os mercantilistas acerca da progressiva homogeneização do espaço econômico mundial, a despeito da evidência histórica de sua sempre reposta estratificação. Vistas as coisas por este ângulo histórico-mundial, a expressão “geocultura de legitimação” parece mais adequada a este cenário do que a noção clássica, porém mais doméstica de “ideologia”, embora exercendo as mesmas funções de encobrimento e racionalização, no caso, a desigualdade recorrente na distribuição de riqueza e poder no interior da economia-mundo capitalista. Trata-se, portanto, de uma *cultura comum* (de âmbito geopolítico, por assim dizer), alimentada pela mesma crença no projeto moderno de equiparação entre os povos segundo os mesmos parâmetros de homogeneidade social e convergência no bem-estar econômico, ainda que as vias para se alcançar tal estágio final fossem simetricamente antagônicas, como ficou claro a partir de outubro de 1917. Mesmo assim, não custa voltar a lembrar – como aliás justamente dá a entender a expressão “geocultura de le-

gitimação do capitalismo histórico” – que até mesmo (ou sobretudo?) o marxismo, do *Manifesto* até as teorias mais heterodoxas do Imperialismo, raramente deixou de compartilhar o credo geocultural da convergência propiciada pela propagação do capitalismo, de qualquer modo a encarnação contraditória do mesmo “progresso” de que falavam os liberais, cuja supremacia estratégica fica então mais fácil de entender.²²

Há mais, como mencionado linhas acima no capítulo das promessas universalistas de inclusão, sem as quais a geocultura do capitalismo histórica perderia sua aura legitimadora. Na conhecida parábola liberal-progressista de T.H. Marshall, o processo de modernização capitalista também se apresenta como uma sucessão ascendente de direitos – civis, políticos e finalmente econômico-sociais – mediante os quais se assegura e amplia a condição de “cidadão”. Esta mesma parábola da “inclusão” – via universalização de demandas conflitivas e assimilação de novos atores, percorrida à esquerda e à direita como uma mesma trilha progressista de integração e portanto de justificação tácita do sistema que se abre para acolher os recém-chegados – também poderia ser recontada nos termos, expostos acima da geocultura do sistema mundial, centrada na visão mobilizadora da superação da defasagem entre as localidades da acumulação a cada rodada dos ciclos sistêmicos. Assim, a hegemonia britânica expandiu o sistema através da inclusão das nações de colonos, mais

22. Ver a respeito, do mesmo Wallerstein *After Liberalism*, cap.6 (“The concept of national development, 1917-1989: elegy and requiem”) e cap.9 (“The geoculture of development”), New York, The New Press, 1995. Para uma retomada brasileira deste raciocínio, à luz do desmanche nacional em curso nesta última década, ver a Introdução de José Luís Fiori ao vol. coletivo *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*, Petrópolis, Vozes, 1999.

exatamente mediante a elevação dos direitos de propriedade dos antigos colonos acima dos direitos de soberania dos governantes metropolitanos, “democratizando” o direito ao “nacionalismo”. A ruptura antissistema de 1917 almejava subverter, e revelava ao mundo o escândalo, a dupla exclusão na qual se baseava a Pax Britânica, a dos povos não ocidentais e a das massas não proprietárias ocidentais. Em resposta à ameaça representada pela Revolução Russa, cujo anti-imperialismo defendia o direito dos povos à autodeterminação, prescrita aliás pelo ideário iluminista original, como se viu, e cujo internacionalismo proletário defendia a primazia dos direitos de subsistência sobre os direitos de propriedade e de governo, o *hegemon* do ciclo subsequente, o da Pax Americana, não teve remédio senão elevar o bem-estar de todos os cidadãos – o imperialismo do consumo de massa – acima dos direitos absolutos de propriedade, sem falar na “proletarização” do nacionalismo, via descolonização e industrialização consentida na periferia.²³

Por fim, na *Teoria da ação comunicativa* (1981), Habermas oferece um quadro evolutivo dos ciclos de “juridificação” daquelas mesmas relações sociais de inclusão – objeto da classificação jurídica em sequência mencionada no parágrafo anterior. O interesse de tal esquema reside no entrelaçamento da progressiva ampliação dos direitos de acesso e participação dos indivíduos em um número cada vez maior de subsistemas – dos mercados e parlamentos à seguridade social – com as metamorfoses, também em sequência histórica, do Estado-Nação – do Estado absolutista burguês dos tempos do individualismo

23. Ver Giovanni Arrighi, *O longo século XX*, cap.1 (“As três hegemonias do capitalismo histórico”), Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

possessivo teorizado por Hobbes, ao Estado Social do consenso keynesiano do pós-guerra. Quis no entanto a irônica defasagem entre o otimismo da Teoria da Ação Comunicativa e a marcha recalcitrante do seu objeto rumo à almejada tensão virtuosa entre democracia e capitalismo, que uma tal exposição sistemática daqueles ciclos progressistas se completasse justamente no momento em que principiava uma dramática reversão dessas ondas longas de assimilação social pelo reconhecimento de direitos, sob a pressão da acumulação que se mundializava – bifurcação “patológica” não prevista pela Teoria, que precipitadamente, muito impressionada pela regulação do *Welfare State* e os trinta anos de crescimento que sustentaram tal programa de pacificação social, normalizara e congelara o capitalismo na forma dos meios autonomizados de integração sistêmica “poder administrativo” e “economia monetária”.²⁴

*

Embora seja coisa sabida, recordemos os passos seguintes de nosso roteiro. Depois de duas guerras mundiais e duas revoluções vitoriosas na periferia, selando a implosão do século liberal, tudo indicava, à vista da intensificação da luta social e da correspondente escalada ideológica²⁵, que

24. Creio que não por acaso a exposição de Fernando Haddad trata precisamente desse processo de desjuridificação, mais exatamente da economia política desta reviravolta espantosa, a ponto do autor se perguntar se de fato não se tornou impossível, em bases capitalistas, manter uma tal ampliação histórica de direitos.

25. “Ideologia” aqui na acepção em que o termo acabou sendo tomado na esteira dos movimentos de massa que, desde meados do século passado, à imagem e semelhança dos movimentos burgueses de emancipação dos tempos da Revolução Francesa, se autodefiniam por meio de interpretações globais da história e que assim se endereçavam à consciência política dos correligionários

o fim do capitalismo não era de fato implausível – no conhecido diagnóstico de Schumpeter, por exemplo. E, no entanto, mediante uma dosagem bem calibrada de reformas no centro e revoluções nacionais na franja do sistema, três décadas de acumulação mundial tornaram realidade o paradoxo de um século americano, ao longo do qual se fortaleceu numa escala nunca vista a plataforma social do campo oposto. Deu-se então a virada geocultural que está nos interessando. A bem dizer à beira do túmulo, a pedra fundamental do liberal-progressismo, na figura catalisadora do desenvolvimento mundial-convergente, ganhou uma nova e miraculosa sobrevida. Sucederam-se os milagres econômicos conhecidos, reforçando a autoridade incontrastável – à direita e à esquerda – daquela geocultura originária, relançando mais um ciclo histórico do interminável bate-boca entre o Partido da Ordem e do Progresso e os socialistas em campanha pela emancipação social que afinal adviria do desenlace daquele mesmo Progresso de abrangência máxima, tanto mais verossímil quanto em meados da década de 70 o fosso entre núcleo orgânico e periferia do sistema mundial parecia de fato estar finalmente se estreitando. Também sabemos, no entanto, e não custa repetir, como foi curto o verão de mais essa ilusão. De sorte que mal começada a década seguinte, os supostos milagres recuperadores do “atraso” se esfumariam um a um como um cortejo de mira-

e companheiros de luta – socialistas, anarco-sindicalistas, comunistas, etc. Ideologias de segunda geração, na boa observação de Habermas, para distingui-las da matriz da qual Marx extraíra a noção materialista de Ideologia, a cultura burguesa da Idade Clássica, tal como tomara forma no Direito Natural Moderno, na Economia Política, na Epistemologia, na Literatura etc., em seu duplo caráter utópico e ideológico. Cf. Jürgen Habermas, *Teoria da ação comunicativa*, trad. espanhola, Madri, Taurus, vol.2, pp.499-500.

gens. Primeiro a desintegração do continente africano e seus modestos e raros casos de sucesso econômico; mais adiante, o colapso da modernização nas periferias industrializadas, notadamente latino-americanas, culminando com o naufrágio do antissistema soviético. Todavia, a ruína espetacular do socialismo real encobriu duas décadas de desastroso declínio da economia mundial no seu conjunto, incluindo-se neste plano inclinado o malogro das tentativas, ora encabuladamente keynesianas, ora monetaristas, de recuperação europeia. Além do mais, como até a derrapagem fatal de 97 a máquina asiática de crescimento parecia manter-se em funcionamento, sob a fraseologia da globalização e seu elenco de desregulamentações milagrosas, o mito geocultural da mobilidade ascendente na hierarquia de riquezas das nações ainda animaria uma última década de apoteose mental das elites econômicas e políticas mundiais. Pelo menos desde que a moratória russa se seguiu à queda dos tigres asiáticos, até mesmo os mais triunfalistas reconhecem que tão cedo o capitalismo global não recobrará sua aura de infalibilidade no cumprimento da profecia progressista da convergência.²⁶

Daí o vácuo ideológico em que foi precipitada a luta das classes e das nações pela riqueza capitalista, devolvendo-nos ao “espantoso deslizamento semântico” que arrastou consigo os derradeiros fragmentos do discurso

26. Acerca desse desencanto de elite com a derradeira metamorfose da utopia liberal – a revelação, indolor para os de cima, de que a simples competição intercapitalista em mercados desregulados e globalizados não assegura o desenvolvimento e muito menos a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia – ver José Luís Fiori, loc.cit. Ver ainda, na mesma direção, Serge Halimi, “Le naufrage des dogmes libéraux”, *Le Monde Diplomatique*, out.1998. Para um ponto de vista oficial e mais à mão, cf. p.ex. Joseph Stiglitz, economista sênior do Banco Mundial, “O pós-consenso de Washington”, FSP, 12.07.98.

antissistema. Assim, de norma geocultural, o liberalismo histórico foi relegado à condição de mero competidor no mercado de ideias.²⁷ Sem dúvida, vencedor até o último *crash* global, e mesmo depois do próximo, pouco importa, nada lhe devolverá mais o *status* anterior de “ideologia” (de primeira ou de segunda geração, no sentido indicado), quer dizer, de falsa consciência, movida, no entanto, pelo grão de verdade germinando em palavras enfáticas como Justiça, Humanidade, Progresso etc. Desse grau zero o melhor atestado se encontra na retomada imperial da hegemonia americana desde meados dos anos 80, à qual obviamente não se pode tomar na sua acepção clássica de liderança intelectual e moral, sobretudo à luz do engessamento imposto aos concorrentes da Tríade, sem falar no desmanche das periferias (noves fora suas elites assimiladas pelos serviços subalternos da dominação). Por mais imperial que seja tal poder, trata-se de fato de uma fuga para a frente ancorada exclusivamente na emissão do dinheiro mundial, cujo único lastro já não é mais do que o poder das armas, e desde a Guerra do Golfo até à atual Guerra Sérvia, um poder nu e cru, *sans phrase*, desprovido de maiores convicções salvo a histeria humanitária, exercido de resto sobre um planeta em guerra civil endêmica, na verdade a forma burguesa normal da concorrência econômica entre os perdedores globais, aos quais de resto as bombas não cessam de dar um só recado: cem mil kosovares, ou qualquer outra população sem valor de troca, não valem a vida de um só fuzileiro americano.

27. Na opinião otimista de Wallerstein, supondo-se que ainda existam “ideias” na esfera da circulação. Na apologetica corrente, costuma-se camuflar o fenómeno sob a fórmula positiva “fim das ideologias”, sem as quais deverão viver doravante as sociedades complexas pós-utópicas.

Porém tampouco o socialismo, mesmo livre finalmente do campo de atração magnético da geocultura originária do capitalismo histórico²⁸, conheceu uma segunda juventude, por certo na falta de um processo larvar de autossuperação do sistema mundial visível na linha do horizonte. Mas nem por ocorrer numa terra de ninguém ideológica, os Estados nacionais ou seus sucedâneos regionais, deixarão de competir com outros Estados para serem o centro da acumulação de capital, como tampouco as camadas não-proprietárias, presume-se, suportarão passivamente que os fundos públicos arquem com a corrida das empresas ao corte de custos: de qualquer modo a guerra social promete assumir proporções inéditas, sem no entanto oferecer garantias que trará consigo a chave superadora de uma eventual recaída na barbárie. A guerra das palavras não poderia ser uma exceção. O derretimento semântico que a caracteriza (tal como o *melting down* das moedas) demonstra finalmente que na cena geocultural não há mais um discurso dominante comum.²⁹ E por isso mesmo (vale a insistência) parecem dizer a mesma coisa numa pastosa língua geral, algo como um inócuo dever-ser, exortação normativa que vai sancionando o sombrio esfarinhamento da legitimidade progressista da civilização capitalista. Que afinal se apresenta tal qual é e no fundo sempre foi: um absurdo processo de acumulação de capital para se acumular mais capital. Dessa falta básica de sentido deriva uma outra guerra: uma infindável batalha, dita *cultural* de uns tempos para cá, cujo girar

28. Outra fórmula do mesmo Wallerstein.

29. Ainda Wallerstein, cf. “As agonias dos liberalismo”, ed.cit., p.47.

em falso, não obstante se apresenta como o programa substitutivo da finada Grande Política, na realidade um fim de linha. Há pelo menos uma década tem sido este o recado das bombas.



Este livro foi composto
nas fontes Literata e Work Sans
em julho de 2021.